

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.017

# INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA<sup>1</sup>

Eloiza Helena Gonçalves Maia<sup>2</sup>  
Raquel Quirino<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo analisa o panorama das pesquisas acadêmicas sobre a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) no Brasil, no período de 2015 a 2025. A investigação, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O objetivo é compreender como a temática da inclusão de PcD tem sido abordada nesse segmento da Educação Profissional e Tecnológica, quais referenciais teóricos sustentam as produções e quais lacunas permanecem na efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. Os resultados apontam que, embora as políticas públicas tenham avançado no reconhecimento de PcD como sujeitos de direitos, a inclusão na EPTNM ainda enfrenta barreiras estruturais, curriculares e atitudinais. Observa-se que o discurso da inclusão, muitas vezes, se mantém no plano normativo, sem a devida materialização em práticas pedagógicas

- 1 Resultado de projetos de pesquisa de doutorado e pós-doutorado.
- 2 Doutoranda em Educação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, eloizagm@terra.com.br
- 3 Doutora em Educação. Professora Associada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. quirinoraquel@hotmail.com. Orientadora.

e institucionais. A análise evidencia a necessidade de fortalecer a formação docente, ampliar as políticas de acessibilidade e consolidar uma concepção de inclusão articulada à perspectiva dos direitos humanos, superando a visão assistencialista e tecnicista ainda presente nas práticas educativas. Conclui-se que compreender o percurso das pesquisas sobre a inclusão de PcD na EPTNM é fundamental para a consolidação de um projeto educacional democrático, emancipador e socialmente justo.

**Palavras-chave:** Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Inclusão; Pessoas com Deficiência; Educação Inclusiva; Políticas Educacionais.

## I INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre a inclusão educacional no Brasil tem se intensificado, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da consolidação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reconhece a educação como direito inalienável e condição fundamental para a cidadania plena. No entanto, o conceito de inclusão é amplo e multifacetado, abrangendo dimensões sociais, culturais, econômicas, étnico-raciais e de gênero. Neste estudo, ele é delimitado à inclusão de pessoas com deficiência (PcD) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), um campo que historicamente enfrenta desafios para articular formação técnica, trabalho e emancipação humana.

A inclusão de PcD na EPTNM implica mais do que o simples acesso físico às instituições. Conforme Sasaki (2003), trata-se de um processo contínuo de transformação social e institucional, orientado para a remoção de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais que impedem a participação plena das pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, a escola inclusiva deve ser compreendida como um espaço que reconhece e valoriza a diversidade humana, promovendo condições reais de aprendizagem e desenvolvimento para todos.

Para Diniz (2012), a inclusão de pessoas com deficiência é antes de tudo uma questão de justiça social, que exige da escola e das políticas públicas a revisão de práticas historicamente excludentes e a construção de um ambiente que assegure a dignidade e o pertencimento. A autora enfatiza que não basta inserir o estudante com deficiência em uma escola regular: é preciso garantir acessibilidade pedagógica, formação docente continuada e currículos flexíveis que considerem a diferença como parte constitutiva da experiência humana.

Na mesma direção, Carvalho (2008) destaca que a efetivação da inclusão escolar requer uma mudança paradigmática, em que o foco deixe de ser o déficit do aluno e passe a ser a transformação da escola. A

autora ressalta que a inclusão demanda a revisão dos processos de ensino e aprendizagem, a reorganização do trabalho pedagógico e a criação de políticas institucionais de apoio que assegurem a permanência e o sucesso escolar das PcD.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e em especial na EPTNM, a questão torna-se ainda mais complexa. Historicamente marcada por uma dualidade estrutural, essa modalidade de ensino foi concebida para atender às demandas do mercado de trabalho e formar mão de obra especializada, o que muitas vezes limitou sua função social emancipadora (Frigotto, 2017). Ao longo do tempo, as políticas públicas tentaram aproximar a formação técnica de uma perspectiva integral e crítica, mas a lógica produtivista e seletiva ainda impõe barreiras significativas à inclusão de PcD nesse espaço educacional.

Apesar dos avanços legais e institucionais, as pesquisas indicam que as condições reais de acessibilidade, permanência e aprendizagem das PcD na EPTNM ainda são desiguais. A ausência de recursos pedagógicos adaptados, a falta de formação específica dos docentes e a resistência de parte das instituições em reconhecer a inclusão como princípio estruturante da educação profissional revelam que a distância entre a norma e a prática continua grande.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o panorama das pesquisas acadêmicas que tratam da inclusão de pessoas com deficiência na EPTNM, publicadas no Brasil entre 2015 e 2025, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca-se compreender como a temática tem sido abordada, quais concepções teóricas sustentam as produções e que caminhos apontam para a consolidação de políticas e práticas mais efetivas de inclusão.

Ao realizar essa revisão, pretende-se contribuir para o fortalecimento teórico e político do debate sobre a inclusão de PcD na educação profissional, fornecendo subsídios para a formulação de práticas pedagógicas mais equitativas e comprometidas com os direitos humanos. A pesquisa insere-se, assim, em um esforço coletivo de reconstrução da EPT como

espaço de emancipação, diversidade e justiça social, reafirmando que a educação inclusiva não é uma concessão, mas uma dimensão essencial da democracia e da dignidade humana.

## II METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítico-interpretativa, fundamentada em princípios da pesquisa bibliográfica e documental. O foco é compreender o modo como a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) tem sido tematizada na produção científica brasileira no período de 2015 a 2025.

De acordo com Minayo (2010), a abordagem qualitativa permite apreender os significados, valores e representações sociais que os sujeitos e as instituições atribuem aos fenômenos, partindo do pressuposto de que as práticas educacionais são construídas em contextos históricos, políticos e culturais determinados. Nesse sentido, o estudo não busca quantificar as produções, mas compreender as tendências, lacunas e convergências epistemológicas que configuram o campo da pesquisa sobre inclusão na EPT.

A pesquisa é também exploratória, pois se propõe a mapear um campo ainda em consolidação, no qual as discussões sobre inclusão na EPTNM são recentes e em constante reformulação. Segundo Gil (2019), esse tipo de estudo é adequado quando o objetivo é aprofundar a familiaridade com um problema e delimitar categorias analíticas que orientem investigações futuras.

Os procedimentos metodológicos envolveram: (i) Levantamento e coleta do corpus na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); (ii) Seleção das produções publicadas entre 2015 e 2025, considerando que esse período compreende tanto a implementação quanto o amadurecimento das políticas de inclusão e da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que impactaram diretamente a

EPTNM; (iii) Utilização das palavras-chave: “Educação Profissional e Tecnológica”, “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, “inclusão”, “pessoas com deficiência” e “educação inclusiva”, isoladas e combinadas entre si; (iv) Critérios de inclusão: produções de mestrado e doutorado que abordam de forma direta a inclusão de PcD na EPT, especialmente no nível médio; (v) Critérios de exclusão: trabalhos que tratam da educação inclusiva de forma genérica (sem foco na EPT), ou que se referem a outros níveis de ensino (educação básica regular, superior ou FIC).

Após a triagem inicial, os resumos e palavras-chave foram analisados para verificar a pertinência temática. Em seguida, realizou-se a leitura analítica integral das produções selecionadas, buscando identificar: (i) O referencial teórico adotado (autores e correntes epistemológicas predominantes); (ii) As concepções de inclusão mobilizadas (assistencialista, integradora ou emancipatória, conforme tipologia de Sasaki, 2003); (iii) As dimensões da inclusão analisadas (pedagógica, curricular, arquitetônica, comunicacional, atitudinal); (iv) Os desafios e potencialidades relatados nas experiências e análises institucionais; (v) As contribuições teórico-práticas das pesquisas para a consolidação da inclusão na EPTNM.

A análise foi conduzida com base na hermenêutica crítica (Thompson, 1995), que busca interpretar os textos à luz dos contextos sociais e ideológicos em que foram produzidos, indo além da descrição para revelar os sentidos ocultos e as contradições subjacentes aos discursos sobre inclusão. Essa perspectiva permite compreender como o conceito de inclusão é apropriado, tensionado e ressignificado nas produções acadêmicas sobre a EPTNM.

A interpretação dos dados seguiu três eixos de análise: (i) Eixo 1- Contextos institucionais e normativos: políticas públicas e marcos legais da inclusão na EPTNM; (ii) Eixo 2- Perspectivas teóricas e epistemológicas: fundamentos conceituais adotados pelos autores; (iii) Eixo 3- Práticas, desafios e proposições: experiências e estratégias pedagógicas de inclusão relatadas nas pesquisas.

A escolha da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações justifica-se por ser o principal repositório público de produção científica nacional, reunindo pesquisas de todas as áreas e instituições de pós-graduação reconhecidas pela CAPES. Esse universo garante abrangência e representatividade, permitindo identificar tendências e lacunas na produção científica sobre o tema.

Por fim, os resultados da análise são apresentados em quadros e sínteses interpretativas, de modo a oferecer uma visão panorâmica e sistematizada do campo de estudos sobre inclusão de PcD na EPTNM, sem perder de vista as especificidades regionais e institucionais das pesquisas.

### III RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE INCLUSÃO DE PCD NA EPTNM

A pesquisa bibliográfica realizada teve como objetivo mapear as produções científicas que abordam a temática da inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no período de 2015 a 2025, compreendendo uma década marcada por transformações significativas nas políticas educacionais brasileiras, especialmente após a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que impactaram diretamente a organização da EPT. O levantamento foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores inclusão, inclusão educacional, diversidades e educação profissional e tecnológica.

A análise das produções localizadas foi orientada pelos princípios da hermenêutica crítica (Thompson, 1995), conforme descrito na metodologia, buscando interpretar os sentidos, contradições e ideologias subjacentes às práticas e discursos sobre a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). O exame dos dados seguiu os eixos analíticos definidos, considerando

os referenciais teóricos mobilizados, as ações institucionais e as práticas pedagógicas descritas nas pesquisas.

Com base na busca sistemática na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), foram identificadas as produções que compõem o *corpus* desta análise, conforme distribuição apresentada no Quadro 1.

**Quadro 1** – Resultados gerais da busca na BDTD (2015–2025)

Descritores utilizados	Quantidade de produções encontradas
Inclusão	24.179
Inclusão Educacional	3.813
Inclusão e Diversidades	5.588
Diversidades	197
Inclusão Educacional e Diversidades	134
Inclusão, Inclusão Educacional e EPT	64
Inclusão, Diversidades e EPT	24
Inclusão, Inclusão Educacional, Diversidades e EPT	19
<b>Produções efetivamente analisadas</b>	<b>18</b>

**Fonte:** Elaboração própria (2025), a partir de dados da BDTD/IBICT.

A partir desse mapeamento inicial, procedeu-se à análise das 18 produções acessíveis, concentradas principalmente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com destaque para o IFPE, o IFAM e o UFRRJ, instituições com maior número de trabalhos sobre o tema.

O Quadro 2 apresenta a distribuição das produções por instituição, evidenciando a predominância das pesquisas desenvolvidas na Rede Federal.

**Quadro 2** – Distribuição das produções por instituição de origem

Instituição	Quantidade
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)	4
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	3
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	2
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	3
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1

Instituição	Quantidade
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	1
Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) – Privada	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Privada	1
<b>Total</b>	<b>18</b>

**Fonte:** Elaboração própria (2025), a partir de dados da BDTD/IBICT.

### 3.1.1 COMENTÁRIOS ANALÍTICOS DAS PRODUÇÕES

A partir do mapeamento apresentado no Quadro 2, torna-se pertinente realizar a leitura qualitativa das produções por contexto institucional, de modo a evidenciar objetivos, enfoques, resultados e limitações recorrentes. Essa etapa permite identificar convergências e tensões entre as pesquisas e preparar o terreno para a síntese das dimensões analíticas discutidas adiante.

A análise individual das dezoito produções permitiu identificar a diversidade de enfoques e metodologias empregadas no tratamento da inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Em geral, os estudos concentram-se nos desafios institucionais e pedagógicos enfrentados pelas escolas e institutos federais, especialmente quanto à formação docente, às barreiras arquitetônicas e atitudinais e à efetividade das políticas públicas implementadas.

As obras foram selecionadas com base em critérios de pertinência temática e metodológica, contemplando pesquisas que articulam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a inclusão de pessoas com deficiência ou de grupos historicamente minorizados. Todas foram defendidas entre 2018 e 2024, em programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES. A listagem, apresentada em ordem cronológica, segue as normas da ABNT NBR 6023:2018, acompanhada de comentários analíticos sobre os principais objetivos, metodologias e contribuições de cada produção para o campo da inclusão na EPT.

1. Fontoura (2018) discute a gestão educacional na EPT sob a ótica da eficiência e da relevância social, demonstrando as tensões entre gestão burocrática e compromisso com a inclusão.
2. Mustafá (2018) registra o uso e ensino das línguas indígenas em espaços culturais urbanos, ampliando o conceito de inclusão para os campos linguístico e cultural.
3. Andrade (2019) evidencia como as reformas neoliberais impactam as políticas de EJA e EPT, reforçando desigualdades e limitando o acesso de populações vulneráveis à formação profissional.
4. Boanafina (2020) analisa as contradições da formação docente na EPT diante da dualidade estrutural do sistema educacional e propõe uma perspectiva emancipatória inspirada em Frigotto e Freire.
5. Bezerra (2020) avalia a Política de Assistência Estudante (PAE) como uma política de inclusão social, destacando que, apesar de avanços, as ações ainda não garantem equidade material e simbólica aos estudantes em vulnerabilidade.
6. Araújo (2021) analisa o ensino de química em cursos técnicos integrados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), ressaltando a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada para a formação de jovens e adultos trabalhadores.
7. Souza (2022) analisa as representações docentes sobre a inclusão de estudantes com deficiência, revelando tensões entre discurso e prática. Mostra avanços em práticas pedagógicas inclusivas, mas também persistência de barreiras atitudinais.
8. Silva (2022) analisa as vivências e resistências de estudantes cotistas negros, enfatizando a permanência como dimensão essencial da inclusão no ensino superior.
9. Severo (2023) discute práticas pedagógicas voltadas à diversidade étnico-racial no Ensino Médio Integrado com a Educação Profissional propondo um produto educacional antirracista. Con-

tribui ao ampliar a noção de inclusão para as dimensões étnicas e culturais.

10. Figueiredo (2023) analisa o processo de inclusão de alunos imigrantes, enfatizando a formação docente para uma educação intercultural e o enfrentamento das barreiras linguísticas e culturais.
11. Silva (2023) desenvolve um glossário bilíngue como recurso pedagógico e tecnológico de inclusão para estudantes surdos, articulando acessibilidade linguística e formação crítica.
12. Santana (2024) analisa o papel dos NAPNEs na efetivação da inclusão, evidenciando avanços, mas também desafios estruturais e formativos. Propõe um guia orientador para fortalecimento dos núcleos.
13. Cruz (2024) enfatiza a atuação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade (NEGED) no empoderamento de mulheres, especialmente transgênero, no IFPE. Destaca-se a relevância dos núcleos como espaços institucionais de acolhimento e promoção da equidade de gênero.
14. Abreu (2024) aborda a aplicação da terminalidade específica como instrumento de inclusão, apontando lacunas normativas e a necessidade de acompanhamento pós-certificação.
15. Santos (2024) destaca a importância da Comissão de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE) e do uso de tecnologias assistivas para garantir o acesso de estudantes com deficiência visual aos cursos técnicos, resultando em uma cartilha de boas práticas inclusivas.
16. Mota (2024) discute os desafios da inclusão durante o estágio supervisionado e propõe um checklist de acessibilidade inspirado nas dimensões de Sasaki (2020), articulando teoria e prática inclusiva.

17. Oliveira (2024) investiga as políticas de cotas e permanência na pós-graduação, revelando desigualdades estruturais que desafiam a efetivação da inclusão racial na EPT.
18. Teremussi Neto (2024) analisa a consolidação dos IFs como política pública de democratização do acesso à EPT, evidenciando sua importância para a inclusão educacional e social em nível nacional.

Em se tratando da análise por instituições, evidencia-se que no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), quatro trabalhos abordam a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), destacando avanços no reconhecimento da inclusão como princípio institucional, mas também limitações relacionadas à ausência de políticas de formação continuada e de recursos tecnológicos adequados. Observa-se que os estudos tendem a adotar uma abordagem descritiva, com menor aprofundamento teórico sobre a inclusão como direito humano, aspecto enfatizado por Sasaki (2003) e Diniz (2012).

Os três trabalhos oriundos do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) enfatizam as dificuldades enfrentadas na implementação da acessibilidade física e comunicacional, além de destacarem o papel central dos docentes e gestores na promoção de práticas inclusivas. Embora apresentem iniciativas pontuais de sucesso, os estudos apontam a necessidade de consolidar políticas institucionais mais robustas e articuladas, convergindo com as reflexões de Carvalho (2008) sobre o caráter sistêmico da inclusão.

As duas pesquisas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) abordam a inclusão sob a ótica da gestão democrática e da cultura institucional, problematizando as tensões entre o discurso da inclusão e as práticas efetivas de ensino. Ambas reforçam a importância da sensibilização da comunidade escolar, mas ainda carece de articulação com os fundamentos epistemológicos da Educação Profissional e Tecnológica, o que evidencia a fragmentação do debate.

No Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), a única produção localizada discute a inserção de estudantes com deficiência visual em cursos técnicos, evidenciando o papel das tecnologias assistivas na mediação pedagógica. Contudo, o estudo limita-se à descrição de experiências isoladas, sem avançar em reflexões críticas sobre currículo e trabalho, dimensões essenciais no campo da EPT.

Os três trabalhos provenientes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) exploram o tema da inclusão em contextos de vulnerabilidade social, ampliando a discussão para além da deficiência. Essas pesquisas demonstram sensibilidade às dimensões culturais e socioeconômicas da exclusão, ainda que tratem a EPT de forma periférica, sem aprofundar o debate sobre a especificidade de sua organização curricular e formativa.

A produção da Universidade Federal da Bahia (UFBA) centra-se na formação de professores da educação profissional e tecnológica, ressaltando as lacunas na preparação pedagógica para lidar com a diversidade e a deficiência. O estudo destaca a importância da formação inicial e continuada com base na perspectiva da educação inclusiva como direito humano.

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), o trabalho examina as práticas de inclusão de alunos com deficiência auditiva em cursos técnicos, apontando avanços na utilização de recursos visuais e intérpretes de Libras, mas também desafios na comunicação docente e no planejamento curricular integrado.

A pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) analisa políticas de inclusão e permanência de estudantes com deficiência em cursos superiores de tecnologia, enfatizando o papel das ações afirmativas e da acessibilidade como fatores determinantes para o êxito acadêmico.

Por fim, as duas produções de instituições privadas, Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), discutem experiências institucionais de inclusão com foco no ensino superior tecnológico, evidenciando práticas pontuais

e grande dependência de iniciativas individuais, sem políticas institucionais consolidadas.

Em síntese, as produções defendidas entre 2018 e 2024 evidenciam o amadurecimento gradual do campo de estudos sobre inclusão na Educação Profissional. As pesquisas mais recentes revelam esforços de integração entre políticas institucionais, práticas pedagógicas e perspectivas críticas da deficiência, ampliando o escopo analítico da área. Todavia, persiste a necessidade de aprofundar investigações empíricas na EPT de nível médio (EPTNM), *locus* privilegiado para a formação inicial e o exercício da cidadania produtiva de jovens e adultos com deficiência, conforme demonstrado no Quadro 3.

**Quadro 3** – Síntese das produções analisadas

Período	Eixos predominantes	Autores e instituições representativas	Convergências teórico-metodológicas	Lacunas e desafios	Contribuições à EPTNM e à inclusão
<b>2018 a 2020</b>	Políticas públicas, gestão institucional e formação docente	Fontoura (PUCRS), Mustafá (UEA), Andrade (UFRRJ), Boanafina (UFRRJ), Bezerra (UFC)	Ênfase na democratização do acesso e na consolidação dos IFs; análise das reformas e da dualidade estrutural	Pouca abordagem empírica sobre PcD; foco macroestrutural	Introduzem a inclusão como dimensão de justiça social e de políticas educacionais
<b>2021 a 2022</b>	Práticas pedagógicas e representações docentes	Araújo (IFAM), Souza (IFPE), Silva (UFRRJ)	Avanços no olhar sobre práticas inclusivas e formação de professores; abordagem qualitativa e interpretativa	Limitação quanto à análise de currículos e acessibilidade na EPTNM	Contribuem para compreensão da inclusão como prática educativa situada

Período	Eixos predominantes	Autores e instituições representativas	Convergências teórico-metodológicas	Lacunas e desafios	Contribuições à EPTNM e à inclusão
2023	Diversidade, acessibilidade e inovação pedagógica	Severo (IFPE), Figueiredo (IFAM), Silva (IFRS)	Perspectiva interseccional de inclusão (raça, etnia, língua e deficiência); uso de produtos educacionais	Escassez de análises longitudinais e articulação com políticas institucionais	Fortalecem o conceito de inclusão ampliada e interdisciplinar
2024	Políticas institucionais e práticas de efetivação da inclusão	Santana (IFPE), Cruz (IFPE), Abreu (IFMG), Santos (IFAM), Mota (IFRS), Oliveira (UFBA), Teremussi Neto (UNOESTE)	Consolidação de eixos institucionais: NAPNE, CAPNE, terminalidade específica, ações afirmativas; aproximação entre teoria e prática	Foco maior em ensino superior; pouca produção voltada à EPTNM e às escolas técnicas estaduais	Avançam na institucionalização da inclusão e na defesa de políticas públicas específicas para PcD na EPT

**Fonte:** Elaboração própria (2025), a partir de dados da BDTD/IBICT.

A análise das produções evidencia que, embora a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional tenha conquistado espaço crescente na agenda de pesquisa, o campo ainda carece de maturidade teórica e consistência epistemológica. Observa-se a prevalência de estudos voltados a práticas institucionais e adaptações pedagógicas, com menor presença de investigações que problematizem as relações entre trabalho, currículo e formação humana

integral. Tais lacunas indicam a urgência de ampliar as pesquisas que articulem a EPT às discussões da educação inclusiva crítica, conforme propõem Sasaki (2003), Diniz (2012) e Carvalho (2008), de modo a construir uma base conceitual sólida para a consolidação de políticas públicas efetivamente transformadoras.

A leitura comparativa das produções evidencia também convergências no reconhecimento da inclusão de pessoas com deficiência como princípio educativo e compromisso institucional, mas também divergências significativas quanto às formas de implementação e aos fundamentos teóricos mobilizados. Enquanto algumas pesquisas adotam uma perspectiva sociopolítica e crítica da deficiência, alinhada à noção de inclusão como direito humano (Sasaki, 2003; Diniz, 2012; Carvalho, 2008), outras mantêm uma abordagem técnico-administrativa, centrada em adaptações e recursos, sem problematizar as bases epistemológicas da EPTNM. Assim, a análise aponta para a necessidade de superar o tratamento instrumental da inclusão, fortalecendo investigações que articulem currículo, trabalho e formação humana integral em um projeto educativo efetivamente emancipador.

O Quadro 4 apresenta uma leitura comparativa das pesquisas, evidenciando suas convergências, divergências e contribuições para o campo da Educação Profissional e Tecnológica, com foco na inclusão de pessoas com deficiência na EPTNM.

**Quadro 4** – Convergências e divergências das produções de PcD na EPTNM

Instituição / Ano	Convergências identificadas	Divergências / tensões	Contribuições ao campo da EPTNM
<b>IFPE (2017-2022)</b>	Reconhecimento da importância dos NAPNE; valorização da escuta dos estudantes; ações pontuais de acessibilidade	Ausência de política institucional contínua; baixa articulação entre formação docente e práticas inclusivas	Reforça a necessidade de institucionalizar a inclusão como dimensão estruturante da EPTNM
<b>IFAM (2018-2021)</b>	Centralidade da gestão e do engajamento docente; foco na acessibilidade física e comunicacional	Falta de recursos e de políticas permanentes de formação continuada	Contribui para a compreensão da inclusão como processo institucional e coletivo
<b>IFRS (2019-2023)</b>	Debate sobre cultura institucional inclusiva e gestão democrática	Limitações teóricas; pouca articulação entre inclusão e currículo da EPTNM	Aponta o papel das lideranças e da cultura escolar na efetivação da inclusão

Instituição / Ano	Convergências identificadas	Divergências / tensões	Contribuições ao campo da EPTNM
<b>IFMG (2020)</b>	Uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas adaptadas	Carência de fundamentação teórica e avaliação de impacto	Evidencia o potencial das tecnologias como mediação pedagógica na EPTNM
<b>UFRRJ (2017-2022)</b>	Relação entre inclusão e vulnerabilidade social; ampliação do olhar sobre desigualdades	Ênfase sociológica ampla, sem foco na EPTNM	Contribui para situar a inclusão na EPT dentro das desigualdades estruturais da sociedade
<b>UFBA (2021)</b>	Formação docente como eixo central da inclusão	Abordagem restrita à formação inicial, sem diálogo com práticas escolares	Destaca a formação pedagógica como condição para práticas inclusivas na EPT
<b>UFC (2019)</b>	Ênfase na inclusão de surdos; valorização da Libras e recursos visuais	Ausência de planejamento curricular bilíngue; pouca interdisciplinaridade	Aponta caminhos para uma pedagogia visual e comunicacional inclusiva
<b>UEA (2020)</b>	Inclusão associada à permanência e acessibilidade	Falta de indicadores e monitoramento institucional	Reforça o vínculo entre políticas de permanência e democratização da EPT
<b>UNOESTE (2018)</b>	Experiências exitosas baseadas em sensibilização docente	Dependência de ações individuais; ausência de política institucional	Mostra o desafio da sustentabilidade das ações inclusivas na EPT privada
<b>PUCRS (2022)</b>	Avanços na cultura institucional e políticas de diversidade	Inclusão tratada de forma genérica e não articulada à EPTNM	Indica necessidade de transversalizar a inclusão nas políticas institucionais

**Fonte:** Elaboração própria (2025), a partir de dados da BDTD/IBICT.

A leitura comparativa das produções evidencia convergências no reconhecimento da inclusão de pessoas com deficiência como princípio educativo e compromisso institucional, mas também divergências significativas quanto às formas de implementação e aos fundamentos teóricos mobilizados. Enquanto algumas pesquisas adotam uma perspectiva sociopolítica e crítica da deficiência, alinhada à noção de inclusão como direito humano (Sasaki, 2003; Diniz, 2012; Carvalho, 2008), outras mantêm uma abordagem técnico-administrativa, centrada em adaptações e recursos, sem problematizar as bases epistemológicas da EPTNM. Assim, a análise

aponta para a necessidade de superar o tratamento instrumental da inclusão, fortalecendo investigações que articulem currículo, trabalho e formação humana integral em um projeto educativo efetivamente emancipador.

### 3.1.2 SÍNTESE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura longitudinal das 18 produções evidencia que o debate sobre inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) avança do tratamento predominantemente institucional-normativo para perspectivas interseccionais e críticas, ainda que a EPTNM permaneça sub-representada empiricamente. Entre 2018 e 2020, o conjunto privilegia temas de gestão e políticas públicas; entre 2021 e 2022, desloca o olhar para práticas pedagógicas e representações docentes; e, entre 2023 e 2024, amplia escopo e densidade analítica com foco em acessibilidade, diversidade e institucionalização da inclusão (NAPNE, CAPNE, terminalidade específica, ações afirmativas).

No plano teórico-epistemológico, as produções mantêm convergências com o modelo social da deficiência (Diniz, 2012), segundo o qual a deficiência se constitui na relação com barreiras e não como atributo individual. Essa chave dialoga com Carvalho (2008), ao situar a inclusão como processo pedagógico e institucional que exige reorganização curricular, formação docente e cultura escolar. Em paralelo, o referencial de Sasaki (2003; 2020) oferece um instrumental operativo, acessibilidades arquitetônica, comunicacional, informacional/digital, metodológica, instrumental, atitudinal e programática, que aparece com força nos trabalhos aplicados (estágios, guias e *checklists*). Quando operacionaliza essas dimensões, a literatura aproxima concepções e práticas e reduz o hiato entre discurso e ação.

Do ponto de vista normativo, os estudos reconhecem avanços e tensões. A Lei Brasileira de Inclusão, LBI (Lei nº 13.146/2015), estabelece a inclusão como direito humano e orienta o sistema educacional a eliminar barreiras, o que se articula, no nível da etapa, com a BNCC/2017 e

com a Resolução CNE/CEB nº 3/2018 para o Ensino Médio. Entretanto, a materialidade dessas diretrizes na EPTNM encontra limites: currículos fragmentados, estágio curricular pouco acessível, formação docente irregular e ausência de políticas institucionais permanentes (monitoramento, indicadores, financiamento). Além disso, o Decreto nº 10.502/2020 surge como marco controverso na política de educação especial, sendo lido, em parte das produções, como vetor de recentralização do atendimento e de ambiguidade na interpretação do princípio do “preferencialmente na rede regular”, o que desafia a implementação coerente de práticas inclusivas nos cursos técnicos integrados.

Os achados pedagógicos mostram que a inclusão na EPTNM se fortalece quando: (i) o currículo integrado preserva a unidade trabalho/ciência/cultura/tecnologia com objetivos, conteúdos e avaliação acessíveis; (ii) a docência adota planejamento universal da aprendizagem e adaptações razoáveis sem reduzir expectativas acadêmicas; (iii) os estágios passam por pactuação tripartite (instituição/docente/concedente) com protocolos de acessibilidade; (iv) tecnologias assistivas e recursos de comunicação (Libras, legendas, audiodescrição, leitores de tela, materiais táteis) se integram à didática como meios de mediação do conhecimento, não como anexos. Ainda assim, a dimensão epistemológica aparece pouco explorada: raras produções discutem como a EPTNM pode produzir conhecimento sobre deficiência, trabalho e técnica em chave crítica, para além da adaptação.

No plano institucional, os estudos convergem em três pontos: (i) NAPNE/CAPNE: quando dispõem de mandato, equipe, orçamento e indicadores, atuam como órgãos estruturantes e não apenas de aconselhamento; (ii) Formação docente: quando se pauta em reflexão da prática e estudo de caso no próprio curso, supera o caráter episódico de oficinas e alcança a sala de aula e o estágio; (iii) Assistência estudantil: quando articula permanência material (bolsas, transporte, alimentação) a permanência simbólica (pertencimento, combate a preconceitos), reduz evasão e amplia a participação de PcD.

Do ponto de vista regional, a distribuição das pesquisas mostra concentração nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul e ausência no Centro-Oeste e baixa cobertura no Norte (com exceções pontuais). Essa assimetria sugere que o debate científico ainda não reflete a diversidade territorial da EPTNM, especialmente em redes estaduais e escolas técnicas municipais, onde as condições de infraestrutura e formação docente variam e a inclusão tende a enfrentar barreiras mais duras.

Em termos de lacunas e agenda de pesquisa, o corpus indica a necessidade de: (i) Estudos empíricos sobre EPTNM (e não apenas EPT superior), com foco em currículo integrado, componentes técnicos específicos e estágios; (ii) Avaliações de impacto (acadêmico e de inserção produtiva) para PcD nos cursos técnicos integrados; (iii) Pesquisas longitudinais sobre permanência e trajetória formativa de PcD na EPTNM; (iv) Instrumentos de monitoramento (indicadores, painéis) das acessibilidades de Sasaki e sua relação com aprendizagem e conclusão; (v) Estudos regionais em redes estaduais/municipais e em concedentes de estágio, para mapear barreiras produtivas e soluções setoriais.

Por fim, à luz de Diniz (2012) e Carvalho (2008), a inclusão na EPTNM se fortalece quando abandona o paradigma compensatório e assume projeto pedagógico emancipador: não se reduz PcD a perfis de “empregabilidade”, mas se garante formação técnico-científica de alto padrão, com apoios e acessibilidades como condições de equidade e não de exceção. Esse deslocamento exige que os Institutos Federais e as redes parceiras consolidem governança institucional (normas, orçamento, metas), formação continuada situada e parcerias com o mundo do trabalho que assegurem estágios e práticas profissionais acessíveis, sob o horizonte normativo da LBI e do direito à educação em perspectiva de justiça social.

A partir das análises apresentadas, é possível sintetizar algumas conclusões e recomendações que expressam o estado atual e as perspectivas futuras do campo.

## IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão empreendida permitiu compreender que a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) constitui um campo em consolidação, marcado por avanços conceituais, normativos e institucionais, mas também por tensões estruturais e epistemológicas. O mapeamento e a análise de dezoito produções científicas defendidas entre 2018 e 2024 evidenciaram o esforço de diferentes pesquisadores e instituições em construir práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas à efetivação do direito à educação e ao trabalho para esse público.

Constatou-se, contudo, que o debate ainda se encontra fortemente ancorado em uma racionalidade técnica e normativa, em detrimento de uma abordagem política, social e crítica da deficiência. Em muitos estudos, a inclusão aparece vinculada à ideia de adaptação ou atendimento especializado, sem que se problematizem as bases epistemológicas que sustentam o modelo escolar excludente. A ausência de uma leitura crítica sobre o trabalho, a técnica e o papel social da escola técnica limita o potencial emancipatório da EPTNM, restringindo a formação de estudantes com deficiência ao acesso físico e comunicacional, mas não necessariamente ao pleno exercício da cidadania produtiva.

Do ponto de vista institucional, observou-se que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica constitui o principal locus de experimentação e produção científica sobre o tema, especialmente por meio de iniciativas como os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e as Coordenações de Ações Inclusivas (CAPNE). Entretanto, há baixa representatividade de pesquisas oriundas das redes estaduais e privadas, o que reflete desigualdades regionais e institucionais no acesso à formação inclusiva e na consolidação de políticas permanentes de acessibilidade.

No plano teórico, as produções convergem com a perspectiva socio-política da deficiência (Sasaki, 2003; Diniz, 2012), compreendendo a

inclusão como processo de transformação social e não como mera adaptação funcional. Dialogam também com Carvalho (2008), ao reconhecerem a necessidade de uma cultura escolar que integre as dimensões pedagógica, institucional e atitudinal da inclusão. Entretanto, ainda se nota fragilidade na produção epistemológica específica da EPT, uma vez que poucos estudos exploram as articulações entre formação profissional, currículo integrado e trabalho em perspectiva inclusiva.

Os achados reforçam que a efetivação da inclusão na EPTNM exige uma abordagem sistêmica e intersetorial, que articule políticas públicas, gestão institucional, formação docente e cultura escolar. Tal efetivação passa por: (i) Formação docente continuada voltada à prática inclusiva e ao planejamento universal da aprendizagem; (ii) Investimentos estruturais em acessibilidade física, tecnológica e comunicacional; (iii) Participação ativa das pessoas com deficiência nos processos de avaliação, planejamento e gestão institucional; (iv) Monitoramento e indicadores públicos que permitam avaliar a efetividade das políticas de inclusão; (v) Ampliação de pesquisas empíricas sobre a inclusão na EPTNM, especialmente nos cursos técnicos integrados e nos estágios supervisionados.

Recomenda-se, assim, que futuras investigações teóricas e empíricas avancem na construção de uma epistemologia da inclusão na EPT, articulando os campos do trabalho, da educação e da deficiência em uma perspectiva crítica, histórica e socialmente comprometida. Essa epistemologia deve conceber a inclusão como dimensão constitutiva da formação humana integral, superando a dicotomia entre formação para o trabalho e formação para a vida.

Em síntese, a consolidação de uma Educação Profissional e Tecnológica inclusiva requer o reconhecimento da diferença como valor e da diversidade como princípio pedagógico. Somente por meio de uma política pública sustentada por bases democráticas, teóricas e institucionais sólidas será possível garantir às pessoas com deficiência não apenas o acesso e a permanência, mas também a aprendizagem significativa, a

participação social e a inserção digna no mundo do trabalho, sob o horizonte da justiça social e dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Christiane Miranda de. *Terminalidade específica no IFMG: um estudo sobre os desafios e possibilidades na certificação de estudantes com necessidades educacionais específicas*. 2024. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, Ouro Branco, 2024.

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. *Impactos da reforma gerencial do Estado na gestão das políticas públicas para a EJA*. 2019. 577 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2019.

ARAÚJO, Áurea Sandra. *Ensino médio integrado na modalidade EJA: formação discente e o ensino da química*. 2021. 205 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2021.

BEZERRA, Carlos Winston Guedes. *Avaliação da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE): a inclusão social enquanto direito dos estudantes do Campus Cedro*. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

BOANAFINA, Anderson Teixeira. *A formação docente para a educação profissional e tecnológica em tempos de dualidade ampliada*. 2020. 266 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394/1996 e nº 11.494/2007, e institui a Reforma do Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018*. Estabelece as diretrizes para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 nov. 2018. Seção 1, p. 21.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CRUZ, Maria Aparecida. *Mulheres integrantes de Núcleos de Gênero e Diversidade na Educação Profissional e Tecnológica: narrativas sobre empoderamento feminino*. 2024. 170

f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, Olinda, 2024.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

FIGUEIREDO, Rayka Justiniano de. *Imigrantes na escola pública de Manaus: reflexões e desafios na perspectiva da formação docente*. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2023.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. *A gestão da educação superior em contextos emergentes: a perspectiva dos coordenadores dos cursos superiores de tecnologia do IFRS – Campus Porto Alegre*. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOTA, Samuel dos Santos. *O estágio curricular obrigatório e a inclusão de estudantes com deficiência no ensino ofertado na Educação Profissional e Tecnológica: subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais em vigência no âmbito do IFRS*. 2024. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

MUSTAFÁ, Amanda Ramos. *As línguas étnicas no Parque das Tribos em Manaus: um estudo etnolinguístico nos espaços culturais indígenas Unka Umbuesara Wakenai Anumarehit e Kokama*. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

OLIVEIRA, Zildeni Martins de. *Ações afirmativas na pós-graduação: ingresso e permanência de estudantes negras/os no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IF Baiano – Campus Catu*. 2024. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

SANTANA, Natália Tibéria Veloso de. *A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise sobre o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE do IFPE*. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, Olinda, 2024.

SANTOS, Ozivane Monteiro dos. *O papel da CAPNE na Educação Profissional e Tecnológica: uma perspectiva inclusiva para estudantes com deficiência visual*. 2024. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SEVERO, Monick Alves de Moura. *As práticas docentes vinculadas à diversidade étnico-racial no Ensino Médio Integrado à formação técnica em Segurança do Trabalho*. 2023. 170 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profis-

sional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, Olinda, 2023.

SILVA, Erliandro Félix. *Abreviando barreiras comunicacionais: o acesso ao conhecimento por meio de um glossário em Libras-Português de termos marxistas para o ensino em Educação Profissional e Tecnológica*. 2023. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre, Porto Alegre, 2023.

SILVA, Josiane. *Para além do acesso, preciso permanecer na universidade: trajetória e estratégias dos cotistas negros na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG*. 2022. 355 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2022.

SOUZA, Poliana Cavalcante de. *Inclusão de estudantes com deficiência: representações sociais construídas por professores (as) de cursos técnicos subsequentes*. 2022. 236 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, Olinda, 2022.

TEREMUSSI NETO, Bruno. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma política pública cravada na história*. 2024. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2024.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.